



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Jacimara Villar Forbeloni

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

[jacimaravf@gmail.com](mailto:jacimaravf@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

A Economia Solidária já não é mais novidade, primeiramente encarada apenas como mais uma alternativa de emprego e renda, tomou corpo e destaque por seu caráter diferenciado e pelos seus bons resultados. O que era visto como iniciativa marginal ganha espaço institucional e, atualmente, serve de princípio para as intenções e objetivos dos gestores públicos.

Sempre houve uma mescla de recusa, ao mesmo tempo cobrança das organizações, para com o poder público. Enquanto se espera ações efetivas do governo para a falta de emprego e a imensa disparidade social, as mesmas, quando efetivadas, são vistas como falhas e eleitoreiras. Esta ambiguidade é fruto das relações históricas entre movimento popular e Estado. A Economia Solidária foi criada como uma iniciativa popular, justamente na ausência de iniciativas públicas. Hoje, os dois segmentos se juntam para traçar estratégias comuns.

O entendimento e a organização das iniciativas solidárias vêm transformando as políticas públicas relacionadas às questões econômicas que procuram amenizar os impactos do desemprego e da pobreza no Brasil.

A Economia Solidária traz consigo uma nova forma de entender as relações econômicas. Ao conquistar espaço nos setores públicos, vêm influenciando os conceitos e as formas de se fazer programas políticos de trabalho e renda. Já se fala em novos paradigmas. Um novo paradigma de emprego, um novo paradigma de políticas públicas, um novo pensar a economia.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O emprego, ou melhor, a falta dele é hoje um dos assuntos mais comentados no mundo inteiro. O emprego, que para os países considerados ricos, foi o trunfo da qualidade de vida, atualmente tem sido uma preocupação. A falta de bons empregos que ofereçam estabilidade, perspectivas de carreiras, de seguro-desemprego, seguro enfermidade, velhice e morte, é como diz Paul Singer (1998), sentida em todos os países e atinge o conjunto dos assalariados formais. Ao lado dos chamados por Singer (1998) de “desempregados ativos” (possuidores de carteira de trabalho assinada) existem os “pobres” que se sustentam de ocupações precárias e informais. Ambos estão na disputa dos postos do mercado de trabalho.

Enquanto que nas economias capitalistas centrais o problema do desemprego foi amenizado pelas políticas do estado do Bem Estar, no Brasil a alternativa seguida foi encaminhar o excedente de mão de obra para o chamado setor informal.

As imposições trabalhistas e os altos impostos cobrados estão atualmente incorporando o trabalho informal como uma alternativa viável para as empresas e para os trabalhadores que acabam saindo temporariamente do desemprego. Isso tem criado a *terceirização*, que substitui os empregados permanentes por fornecedores autônomos de serviços (SINGER, 1996), vistas no mundo todo levando a uma abertura das economias nacionais e pelo comércio da informatização.

No Brasil, o emprego formal tem perdido espaço para o trabalho autônomo, o que justifica as propostas de flexibilização das leis trabalhistas.

A ideologia da empregabilidade, destacada por Antônio Prado (1998), diz que o trabalhador que estiver em permanente qualificação, se adaptando as exigências do mercado de trabalho, não correrá os mesmos riscos de cair na massa dos desempregados. Isso coloca a culpa do fracasso profissional no indivíduo, amenizando as responsabilidades do próprio modelo capitalista.

Alternativas para diminuir o desemprego são discutidas por vários economistas os quais apontam que a solução está no comprometimento na formulação de políticas públicas e econômicas que fomentem o crescimento da economia e a criação de novas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

frentes de trabalho. O que Prado (1998) salienta é que o desemprego não pode ser tratado como mera estatística, pois não há nível de desemprego que seja aceitável

Segundo a economista Rosa Maria MARQUES (1998), o mundo do trabalho vem sofrendo alterações desde o período do pós Segunda Guerra Mundial. Os novos processos de produção “(...) são extremamente poupadores de força de trabalho, exigindo um trabalhador mais qualificado do que aquele até então requerido.” (MARQUES, 1998, p. 69).

Para Gilberto DUPAS (2000) a preocupação com a inserção das pessoas no modelo capitalista estava nas condições de exploração da mão de obra, momento no qual as questões eram centradas na crítica ao trabalho fabril no molde fordista. Agora a dificuldade encontrada está na obtenção de um emprego, seja ele de qualquer forma formal ou informal. Tal fato vem levando as várias instituições sociais a se preocuparem com a criação de formas para incorporar os indivíduos no mundo do trabalho.

Há algum tempo a imagem do trabalhador repetindo o gesto de apertar parafusos – retratada por Charles Chaplin em Tempos Modernos – representava o pesadelo da modernidade. Hoje, este posto de trabalho aparece como o desejável e já quase um sonho distante de segurança e estabilidade (DUPAS, 2000, p. 19).

Uma grande parcela da população, que não consegue moldar-se às exigências de uma mão de obra cada vez mais especializada e polivalente, acaba compondo o chamado setor informal. A definição de informalidade é muito ampla, e como afirma Christiane NUNES (2002), não podemos homogeneizar as situações. O que tem sido um consenso entre os autores é o fato de que as pessoas que se enquadram no trabalho informal são, em geral, detentoras de poucos capitais, com baixa formação educacional e com pouca inserção na esfera jurídico-legal, ou seja, algumas atividades são operadas na clandestinidade e, em outros casos, há uma condição semilegal. De fora dos padrões legais, elas não recebem os benefícios conquistados pelos trabalhadores formais como seguro-desemprego, fundo de garantia etc.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A “precarização” do trabalho é uma característica menos debatida, porém com um peso de importância muito maior. Dizer que esse é um fenômeno tão importante quanto o desemprego, para Robert CASTEL (1998), é enfatizar que essa precarização do trabalho é uma das explicações para a compreensão da vulnerabilidade social e do desemprego. Não se pode mais caracterizar essas novas formas de emprego como “atípicas” e muito menos afirmar que o desemprego é também atípico ou passageiro.

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL, 1998, p. 517).

Deste modo, é a relação salarial que está ameaçada. A durabilidade do vínculo de emprego, que era o mais comum, dá espaço para a “flexibilidade”. Esta é a maneira de nomear o ajustamento do trabalhador moderno à sua tarefa (CASTEL, 1998).

Singer (2002) diz que o “ter emprego” não é mais a realidade mundial. O que precisamos é de “ocupação” e não de emprego. O emprego assalariado é um dos tipos de ocupação que funciona como um contrato pelo qual o trabalhador vende sua força de trabalho ou a sua capacidade produtiva para o empregador. Já a ocupação compreende todas as atividades que consigam proporcionar o sustento a quem a exerce. Então, na visão desse autor, o desemprego é encarado como a falta da atividade assalariada, não levando em conta as outras atividades autônomas que surgem como fator de renda.

As políticas tradicionais vinculadas à temática “trabalho” garantiram ao longo dos anos a criação de vários direitos que resguardaram o trabalhador, como o Fundo de Garantia (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS), com o objetivo da poupança e fundos para a obtenção de patrimônio, o seguro desemprego, o Sistema Nacional de Empregos (SINE) com capacitação e busca de postos de trabalho. As maiorias das ações tiveram a intenção de salvaguardar o trabalhador nos períodos de desemprego.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Atualmente as políticas voltadas para a obtenção de emprego e renda tem se estruturado no discurso do empreendedorismo e autoemprego que valorizam as iniciativas pessoais como abertura de pequenos negócios, a idéia de ser o próprio patrão, os micros empreendimentos. Vistas como uma solução temporária, ou intermediária, para a redução das desvantagens econômicas dos considerados mais pobres, já que ainda continua se considerando que o ideal é ter um emprego formal, com os registros e direitos garantidos, com aumento de renda, significativo, a longo prazo.

Os programas públicos estão voltados a fornecer suporte financeiro, informações e serviços de treinamentos para os pequenos negócios, incentivando o trabalho autônomo. Vários são os exemplos estrangeiros, o primeiro programa foi o francês, criado em 1979 – *Aide aux Chômeurs Créateurs*, com 49.337 participantes. Em 1982, o Reino Unido criou o *Enterprise Allowance Scheme* e diversos outros países seguiram o modelo. Podemos dizer que no Brasil há várias iniciativas ligadas a fomentos como SENAI, SESI, e iniciativas municipais que oferecem cursos profissionalizantes, créditos de incentivo a abertura de negócios e o discurso do empreendedorismo como solução ao desemprego.

O autoemprego é visto como um símbolo de autoconfiança, independência e liberdade, diz ARONSON (1991) reforçando o discurso de uma sociedade democrática. Não são apenas os governos dos países industrializados que estão promovendo essa alternativa, muitas Organizações Não Governamentais estão direcionadas para a promoção do desenvolvimento de microempresas entre os pobres, ou em grupos específicos como mulheres, negros, indígenas, refugiados do sudoeste asiático etc.

O discurso brasileiro de liberdade, de sociabilidade, de espaço público, tem como eixo a cidadania. A questão não está somente na geração de emprego, em políticas paliativas para amenizar o processo de exclusão. Fomos criados no que podemos chamar de uma cultura política da dádiva, numa relação de mando e subserviência. Teresa SALES (1994) aponta que a construção da nossa cidadania está vinculada a noção de favores, que vem desde a Monarquia do domínio Português, dos favores dos senhorios agrários e hoje da dependência dos fundos monetários internacionais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O discurso da cidadania que elegem como básicos os direitos a igualdade, liberdade, propriedade, trabalho e justiça chegaram como uma dádiva dos poderosos, como uma “cidadania concedida”. A pobreza é tratada como uma relação de favores, muitas vezes eleitoreiros, onde geram a noção do ganho e não da conquista.

Essa reciprocidade nas sociedades modernas enfatiza Alba ZALUAR (1997) está nas bases econômicas e políticas, tratando de um contexto social mais amplo de interesses político-econômicos. A reciprocidade tradicional mantém o vínculo simbólico da troca, há certa obrigação em retribuir a doação, criando assim os laços sociais. No mercado, a troca se é medida pelo dinheiro, há, portanto certa equivalência, desobrigando o ato da troca como simbólico. No campo do Estado, os bens e serviços se baseiam nas relações impessoais e burocráticas, movidos pela noção de equidade e justiça. Na comunidade o vínculo das trocas está na afetividade. E temos ainda uma forma mais recente de reciprocidade moderna que é aquela movida pelo chamado terceiro setor, que é baseado na generosidade com estranhos, advindo de um ato gratuito e livre; são as entidades filantrópicas e organizações não governamentais.

O emprego na economia capitalista é uma variável importante para o seu funcionamento. Segundo alguns importantes autores, Keynes, Przeworski e Kaleck (apud POCHMANN, 1995) ele assume grande importância nas políticas macroeconômicas, devido a influência que exerce nas taxas de crescimento. Há um compromisso histórico de defesa do emprego pelos atores sociais, voltadas para a universalização do bem-estar social.

As políticas de bem-estar são responsáveis pela incorporação da classe trabalhadora aos frutos do desenvolvimento econômico, sustentando o crescimento e ampliando a geração de novas formas de ocupação.

Ao contrário do que alguns autores apontaram essa alternativa não é ainda a solução para a crise do emprego, pois atingem uma parcela muito pequena dos desempregados. São importantes como uma das ações propostas pelas políticas públicas, mas não deve ser a única.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

As experiências de geração de trabalho e renda foram iniciadas e promovidas pelos setores populares e associações de trabalhadores rurais e urbanos. Os movimentos sociais brasileiros são os que lutam e se articulam para criarem alternativas a esse quadro de exclusão social e econômica. Diferentemente do modelo europeu, que tem se preocupado com as questões ecológicas, aqui o desemprego é o problema principal que procura ser superado por meio da criação de oportunidades de trabalho e sobrevivência, expandindo o setor informal, multiplicando os pequenos negócios, criando diversas formas de cooperativas produtivas e solidárias.

Pelas análises de SINGER (1996), a Economia Solidária tem sido difundida no Brasil como alternativa ao desemprego. Uma grande parcela de desempregados investe o seu fundo de garantia em atividades produtivas, mas não conseguem competir individualmente no livre mercado. O cooperativismo envolvendo essas pessoas, que buscam sobreviver do trabalho informal, se agrupando no que tem se caracterizado pela solidariedade entre os seus integrantes, tem garantido, de certa forma, um mercado mais protegido.

A primeira manifestação de solidariedade deve ser a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor. Cada empresário da economia solidária gastará a receita de suas vendas efetuadas dentro do setor comprando de outras empresas pertencentes ao mesmo. Desse modo, os novos pequenos empresários contarão com um mercado protegido, formado por eles próprios, que lhes possibilitará ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessitam. (SINGER, 1996, p. 1).

Assim, a cooperação só terá resultado com ações coletivas e não individualistas. Singer destaca como exemplo o Banco do Povo, as cooperativas agrícolas do Movimento dos Sem Terra e as cooperativas populares mantidas por universidades em vários estados brasileiros.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A Economia Solidária tem sido considerada pelos autores brasileiros como uma oportunidade para que os desempregados possam retornar à economia com sua própria iniciativa. Algumas facções dos movimentos sociais no Brasil têm aderido a essa proposta, gerando cooperativas e feiras para venda e trocas dos seus produtos. A meta que procuram alcançar é centrada nas discussões sobre o consumo solidário, onde as redes se formam em unidades de produção e de consumo, com geração de emprego e renda, promovendo o crescimento de uma economia mais sustentável. Assumindo uma racionalidade econômica própria e planejando seus investimentos, conciliam e reforçam mutuamente a cooperação no trabalho e a rentabilidade econômica. Beneficiando-se de maior estabilidade, consolidam suas bases de sustentação. Transformam-se, assim, em *empreendimentos econômicos solidários* (GAIGER, 1996).

Isso tem sido apontado por alguns autores de uma economia popular fundada na cooperação solidária e integrada à economia de mercado, segundo uma lógica não-mercantil. (GAIGER, 1999). Essa proposta consiste numa alternativa diante do processo de empobrecimento das camadas de baixa renda.

No atual processo capitalista, as necessidades e satisfações pessoais são desejos induzidos e alienados que nos levam a acumular cada vez mais capital para conseguirmos adquirir cada vez mais mercadorias. Lembrando Marx e Engels, as coisas valem mais que as pessoas e para ser reconhecido nesta sociedade é preciso ter uma fatia dessa riqueza. Mas o consumo é a relação de troca entre os homens e o que nos constitui em sociedade. Ele não visa apenas satisfazer necessidades naturais, mas também as necessidades culturais que são produzidas pelo modo de vida de cada sociedade.

Cresce, então, a convicção de que a economia solidária contém um grande potencial de transformação social, seja pelas experiências alternativas que propõem, seja por estar constituindo uma base material e um conjunto de agentes que poderão vir a sustentar um processo de mudança estrutural, transformando as relações de trabalho, de produção e de consumo.

Um novo sentido de produção, de trabalho e de realização pessoal é gerado no interior dessa experiência, conduzindo as práticas populares e instaurando novas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

relações sociais. Já foi comprovado em alguns estudos<sup>1</sup> que estas iniciativas modificam as tomadas de decisões pessoais e coletivas no momento em que praticam uma forma diferenciada de produção e consumo a que estamos acostumados, tendo em vista um novo entendimento do que venha a ser o bem viver.

A constatação de que o modelo cooperativo tem atingido maior sucesso que as ações individualizadas, fez com que as políticas voltadas para a geração de emprego e renda mudassem o seu foco. As iniciativas populares influenciaram a criação de políticas públicas voltadas para os empreendimentos solidários. Vários municípios e alguns governos estaduais criaram políticas para fomentá-las e apoiá-las, até que no governo Lula, a demanda dos movimentos sociais oficializou um programa vinculado ao Ministério do Trabalho de fomento a essas iniciativas num plano nacional.

A criação da SENAES – Secretaria Nacional da Economia Solidária aconteceu em julho do ano de 2003, reconhecendo o cenário da crise do emprego no Brasil, passando a considerar o associativismo e o cooperativismo como ações de geração de trabalho e renda, inserindo-as nas preocupações do Ministério do Trabalho. A iniciativa partiu da organização de diversos Fóruns de discussão sobre a temática, envolvendo as entidades populares e não-governamentais que já atuavam na área.

As principais ações da SENAES estão voltadas para a formação e qualificação profissional, bem como o financiamento de cadeias produtivas, comércio e marcos jurídico para regulamentar as iniciativas solidárias.

A novidade em relação às políticas está na participação ativa das entidades envolvidas no âmbito governamental, utilizando um modelo de gestão participativa, com canais permanentes de comunicação e de parceiras, sendo replicadas para os setores municipais e estaduais. Nesse processo várias universidades estão envolvidas articuladas pelos programas de empreendedorismo e incubadoras de cooperativas, propondo novas tecnologias sociais e propostas autogestionáveis. Desta forma, percebe-se que há um suporte governamental para incentivar essas ações, motivadas por preocupações ideológicas e econômicas.

---

<sup>1</sup> FORBELONI, Jacimara Villar: A Representação Social da Economia Solidária: o caso da rede de colaboração solidária em Curitiba-Paraná, Dissertação de Mestrado, UFPR, 2003.



Em 2005 foi criado o SIES – Sistema de Informação da Economia Solidária, desenvolvendo no período de 2005 a 2007 um mapeamento nacional sobre os empreendimentos solidários. As informações sobre o estado do Rio Grande do Norte apresentadas neste artigo fazem parte deste material.

Nota-se que com a institucionalização do apoio governamental os empreendimentos com base na cooperação aumentaram no Brasil como se pode observar no quadro 1:

1900 a 1950	1951a 1970	1971a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	Total
65	139	264	1903	8554	10653	21578

Quadro 1: Quantidade de Empreendimentos por ano de início comoES  
Fonte: SINAES – MTE

Os dados que mostram a área de atuação dos empreendimentos apontam uma maior concentração no meio rural . E se somadas as iniciativas que ocupam um espaço considerado rural (10.513) e rural/urbano (3.711) este índice aumenta ainda mais (14.224).

Rural	10.513
Urbana	7539
Rural e Urbana	3711
Total	21763

Quadro 2: Área  
Fonte: SINAES – MTE

As ações de cooperação chegaram ao Brasil através da cultura europeia que na figura do trabalhador imigrante se regionalizou no Sul e Sudeste do país. As iniciativas de cooperações produtivas podem ser consideradas recentes na história do Nordeste brasileiro que não herdou a cultura do associativismo e continua às margens das discussões acadêmicas que centralizam os estudos no eixo da produção industrial.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O Rio Grande do Norte possui 167 municípios, com uma economia que se diversifica entre a produção familiar, a produção industrial de petróleo, camarão e sal marinho, o turismo e o agronegócio.

A agricultura do Nordeste, na sua maioria, não é industrial ou de agronegócios, é feita pelo pequeno produtor que precisa se organizar para sobreviver. Não há uma herança cultural do cooperativismo e as estratégias para fazer acontecer os empreendimentos solidários é a (re)educação para o que vem a ser o trabalho coletivo.

A Economia Solidária no RN, como em vários outros estados, está atrelada aos pequenos empreendimentos. Segundo as informações do Mapeamento da Economia Solidária (2007), 4% da população total potiguar está envolvida, com a predominância da participação masculina. O levantamento aponta também que a tendência das atividades associativas no estado são as parcerias para a utilização dos espaços (infraestrutura) e equipamentos, seguidas das ações produtivas.

O fato preocupante, que chamou a atenção para a elaboração deste debate foi os dados levantados sobre o que tem motivado as pessoas para a constituição dos empreendimentos solidários. Nota-se como o motivo “natural” no discurso nacional a busca por renda, no RN esse argumento permanece como destaque, mas em paralelo e com um índice maior encontrou-se que as pessoas estão se envolvendo na proposta solidária como uma condição para ter acesso a financiamentos e outros apoios.

Isto levanta uma problemática que precisa ser estudada, pois se o que motiva a participação é a facilidade dos financiamentos, como os participantes estão incorporando e exercendo os princípios solidários? Há o que pode ser chamado de uma solidariedade induzida.

Vê-se no Rio Grande do Norte a criação, em 2008, do Conselho Estadual de Economia Solidária, iniciativa que alia o Fórum Regional de Economia Solidária e o Poder Público. O Conselho está ligado a SETHAS – Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social, baseado na Lei nº. 8.798 de 22 de fevereiro de 2006 que criou um programa de política de fomento à Economia Solidária. Este programa visa aliar a iniciativa privada e as ONGs - Organizações Não Governamentais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Muitas das propostas espalhadas no Brasil utilizam a Economia Solidária como princípio de suas ações, contudo não conseguem aprimorar na prática os ideais solidários. Com o apoio de políticas públicas e o financiamento de propostas empreendedoras que fomentam a Economia Solidária, muitas dessas iniciativas, para se encaixarem nos padrões exigidos, assumem algumas das características, mas na sua aplicação não conseguem organizar a produção nos princípios exigidos.

Os desafios da criação e manutenção dos empreendimentos na forma solidária são diversos: formação sócio política dos participantes; habilidades gerenciais, gestão social, dificuldades na comercialização, planejamento da produção, entre outras. Os levantamentos já apontam para a preocupação de que as políticas públicas estão induzindo a formação destes empreendimentos, mas ainda não avaliaram os impactos desta indução e as ações para torná-las verdadeiramente solidárias.

A Economia Solidária é um processo que precisa ser paulatinamente incorporado no discurso e na prática de quem a faz. Uma nova forma de agir e pensar é indispensável para a manutenção das propostas. O grande desafio é a organização do trabalho de forma coletiva e o seu autogerenciamento. Os participantes se unem na cooperação, a princípio, pela questão da renda e da ocupação e com o tempo algo a mais é despertado. Eles passam a valorizar o trabalho, as pessoas, os processos, tornando a renda uma consequência da união.

## REFERÊNCIAS

ARONSON, Robert L. *Self-employment: a labor marker perspective*. New York, ILR Press, 1991.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 05.11.2007.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

FORBELONI, Jacimara Villar: *A representação social da Economia Solidária: o caso da rede de colaboração solidária em Curitiba-Paraná*, Dissertação de Mestrado, UFPR, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio g. *O trabalho ao centro da economia popular solidária*, Caxambu: XXIII ANPOCS, 1999.

\_\_\_\_\_. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SOUZA, A R. de e SINGER, P. (org.) *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

MAPEAMENTO da Economia Solidária – Rio Grande do Norte. Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE., 2007.

MARQUES, Rosa Maria. “Considerações sobre o tema do desemprego na economia globalizada”. In: LACERDA, A.C. (org), (Des) *Emprego e Globalização: Avaliação e Perspectivas*. São Paulo: Educ, 1998.

NUNES, C. F. G. “Cooperativas, uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal”. In: SOCIEDADE E ESTADO. *Dáviva e solidariedades urbanas*, Brasília: Ed. UnB, 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego – Diagnósticos e Alternativas*, SP: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. *Economias solidária contra o desemprego*, Folha de São Paulo, 11-07-96, p. 1-3.

\_\_\_\_\_. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: SANTOS, B. de S. (Org). *Produzir para viver – os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho em questão*. Indicadores Econômicos. Porto Alegre: FEE, 1995.

PRADO, Antônio. “Globalização e desemprego nos anos 90”. In: LACERDA, A.C. (org), (Des) *Emprego e Globalização: Avaliação e Perspectivas*. São Paulo: Educ, 1998.

ZALUAR, Alba. “Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.12, n. 25, 1997.